



Para os conceitos de “poeta” e “poesia” nas poéticas retóricas do século XVI

Towards the Concepts of “Poet” and “Poetry” in Sixteenth Century Rhetorical Poetics

Matheus de Brito

Universidade de Coimbra (UC), Coimbra / Portugal

matheusb.debrito@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3889-3345>

Resumo: Contribuições recentes aos estudos do Renascimento e da Retórica promovem uma revisão de perspectivas na história literária com consequências amplas para a compreensão da poesia de Camões e de seus contemporâneos. Embora haja estudos prévios, a poesia de Quinhentos não foi discutida de forma satisfatória através das lentes da retórica enquanto sua pragmática textual histórica. Um conjunto de mudanças iniciadas nas últimas três décadas – da Historiografia, Sociologia, Estudos dos Media – trouxe à luz uma tal lacuna na matriz já secular de conceitos através dos quais “períodos literários” são entendidos e, conseqüentemente, textos poéticos do passado. Isto indica a necessidade de estabelecer conceitos epistemicamente mais sólidos, plausíveis e situados. O presente artigo introduz algumas questões relativas ao campo semântico de “poeta” e “poesia lírica”, e pretende indicar alguns tópicos que levem a uma compreensão mais complexa dos aspectos pragmáticos da poesia no contexto da produção simbólica do século XVI.

Palavras-chave: Poesia do século XVI; retórica; Pragmática Histórica; Estudos Ibéricos.

Abstract: Recent contributions to Renaissance Studies and Rhetoric promote a review of perspectives in literary history, with broad consequences for the understanding of Camões’s and his contemporaries Poetry. Although there are previous studies, the poetry of Portuguese *Quinhentos* has not been satisfactorily discussed through the lens of rhetoric as its historical textual pragmatics. A set of changes initiated in the last three decades – coming Historiography, Sociology, Media Studies – brought to light such a

gap in the secular matrix of concepts through which “literary periods” and, consequently, poetic texts of the past are understood. This indicates the need to establish epistemically more solid, plausible and situated concepts. This article introduces some questions regarding the semantic field of “poet” and “lyric poetry”, and intends to provide a few topics that may further lead to a more complex comprehension of the pragmatic aspects of poetry in the context of the symbolic production in the 16th Century.

Keywords: Sixteenth Century Poetry; Rhetoric; Historical Pragmatics; Iberian Studies.

Reflexões preliminares

Pensar hoje os conceitos de “poeta” e “poesia” como operavam no século XVI envolve duas tarefas principais: a primeira consiste em compreender as regras de conveniência segundo as quais *personae* poéticas são construídas, a partir de preceitos genológicos da retórica e imitados de modelos poéticos; a segunda tarefa atina a algumas questões epistemológicas e teóricas relativas à história literária em geral, que se implicam quando a compreensão daquelas regras avançam. Trata-se da transição do foco sobre o autor empírico para a *persona* textual enquanto algo específico aos gêneros poéticos, conceito que implica que práticas poéticas institucionalmente fundadas e com vistas a fins particulares sejam entendidas como aspectos primários da obra de um autor, em lugar de, como ainda acontece por vezes à crítica, assumirmos compromisso com uma base de eventos biográficos que seriam “plasmados” nos textos, isto é, ainda que o biografismo seja hoje hermenêuticamente limitado pela ideia de ficcionalidade ou relativa autonomia do texto.¹ Além disso, colocar a questão nessa chave – o conceito em operação à época – afasta-se da história literária como prática hermenêutica abrangente cujo objetivo consistiria em mediar uma “fusão de horizontes”, apesar de legítima quanto à didática de textos poéticos, e fá-lo com vistas a pensar as condições estruturais da circulação discursiva na sociedade de corte ibérica, trazendo à luz especificidades necessárias da produção e recepção de poesia – escrever, dizer, cantar, ler, ouvir, coletar, imprimir.

¹ Sem reportarmo-nos aqui à ideia de “morte do autor”, que autoriza o destacamento do artefato relativamente à sua própria história, ainda biografismos vigem residualmente em quase todas as regiões da crítica literária, nem sempre na forma da ingênua *intentio auctoris* relativamente ao processo semiótico, mas sobretudo na doutrina do texto como, primariamente, um modo de negociar uma vivência particular. A historicidade do texto não precisa ser ancorada em causas “externas” à textualidade. Veja-se o verbete “Autor”, escrito por João Adolfo Hansen para *Palavras da crítica* (1992).

A tarefa de tal história é uma reconstrução aproximada da pragmática do texto histórico.

Ainda que conte com discussões prévias, a poesia portuguesa do século XVI não foi satisfatoriamente compreendida pelo escopo da retórica como pragmática histórica da escrita na sociedade aristocrática. As primeiras tentativas tenderam a compreender a retórica como um campo técnico de eficácia elocutiva e submeteram as suas descobertas às linhas já demarcadas pelo conceito contemporâneo de *literatura* e da sua derivada *história literária* (DE BRITO, 2019a, 2019b). Por exemplo, e talvez o seu – até agora – maior exemplo, podemos referir a *Retórica e Teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo* (CASTRO, 2008), a qual, apesar de uma abordagem minuciosa dos textos e manuais preceptivos que circularam na Península Ibérica, força a história institucional e material para dentro do conceito idealista e pós-romântico dos períodos literários como movimentos intelectuais mais ou menos autoconscientes aos quais alguns autores podem ou não aderir. *Grosso modo*, tal conceito de história é aproximadamente causal na sua fundamentação e substancialista no seu discurso; estruturado com base nas concepções atuais dos fenómenos literários, toma como dada a relação triádica entre autores, textos e público, e assim cose os textos históricos numa inteligibilidade presentista. A própria história torna-se uma construção anacrônica que disponibiliza à fruição presente os artefatos do passado, mas dificilmente oferece um conhecimento da *alteridade* do passado como tal. Nas últimas três ou quatro décadas, no entanto, essa situação epistemológica começou a ser desafiada através de um diálogo cada vez mais complexo entre os estudos de literatura, novos conceitos de história – por exemplo, dos *Annales*, da *Begriffsgeschichte* –, a análise do discurso francesa, a teoria crítica marxista, os estudos dos *media*, a teoria dos sistemas sociais, e assim por diante.

Não obstante, é preciso notar que esta pretendida renovação da retórica como pragmática textual histórica ainda não foi integrada numa “ciência normal” dos estudos literários no contexto das universidades de língua portuguesa e, para além de monografias académicas dispersas sobre o século XVII, não houve investigação ou questionamento sistemáticos de suas implicações para a reescrita de uma história literária. O seguinte é perceptível: em primeiro lugar, essa renovação epistemológica no contexto das universidades lusófonas é maioritariamente realizada por estudiosos brasileiros, em cujas instituições vige, talvez por razões

geracionais dentre outras, um espírito menos escolástico; em segundo, muito discutido é o “período barroco”, como da discórdia dentro de duas tendências brasileiras da historiografia literária, a que, aí, busca as raízes da literatura nacional, e a que o nega sem no entanto criticar seu conceito;² assim, por fim, essa renovação epistemológica tem sido entendida como uma “terceira via” desde o começo, em especial cabendo àqueles para quem a aplicação da ideia de nação brasileira no contexto colonial produziria um falso problema historiográfico.

Durante os últimos dez ou quinze anos, muito da pesquisa e do ensino do século XVI e especificamente da poesia de Camões – cuja crítica é paradigmática para os estudos desse período – permaneceu ainda próxima à matriz conceptual da conhecida história literária, sob a qual acabam subsumidas mesmo as discussões mais diversas, a exemplo de um Camões *queer*, Camões *antifa* etc. Elas ou são desenvolvidas como incursões no interior desse paradigma, tornado senso-comum às vezes tão útil para solver lapsos argumentativos, ou passam-lhe ao largo, trazendo essa obra ao presente, por assim dizer, “a expensas” da história. Não seria o caso de imaginarmos a possibilidade de periodização da poesia portuguesa (e ibérica) dentro de um quadro retórico-historiográfico, em vez do modelo dominante de literariedade trans-histórica, que funda as manifestações literárias nalgum substrato antropológico e reduz “retórica” a variação elocutiva? Vários estudos recentes dão contornos a uma espécie de espaço ético-retórico como instrumento para que se elaborem segmentos cronológicos mais profícuos. É preciso produzir uma moldura semelhante ao que Reinhart Koselleck – a que alguns desses estudos recorrem em sua fundamentação teórica (e.g., LACHAT, 2014, 2019) – chamou de “espaço de experiência”. Entre outras definições possíveis, “espaço de experiência” assinala o conjunto das condições de possibilidade que estruturam a experiência num particular momento histórico, no fundo, que permitem a apreensão dos eventos.

² Trata-se da conhecida polêmica iniciada com a publicação de Haroldo de Campos, de seu *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira* (1989), que se opunha, embora de modo limitado, à matriz da história literária empreendida por Antonio Candido em sua *Formação* (2012). “Entre excluir o barroco”, sumariza Pécora, “do estudo sob a alegação de estar ausente da formação nacional, e incluí-lo, como antecipação do nacional, qual é pior? Difícil e vã escolha. (...) todo o assunto, hoje, tem de ser reavaliado em bases tão diversas do ‘Sequestro’ como da ‘Formação’” (PÉCORA, 2011).

Essas condições definem um “horizonte de expectativas” sem o qual a própria experiência não se daria como tal, não havendo ações ou eventos que não descerrem horizontes de possibilidades ulteriores (KOSELLECK, 2006, p. 306 ss.).³ À luz da especificidade do “espaço de experiência”, fica salvaguardado o “horizonte de expectativa” hermenêutico como algo que não deveria ser resolvido numa “fusão” compreensiva, como previa a estética da recepção de Hans Robert Jauss (1994, p. 38): antes, seria preciso enfatizar os elementos que resistem à redução epistêmica do conceito de “literatura” que ainda organiza a experiência literária presente, mesmo com o relativo afrouxamento de sua normatividade.

Em resumo, a mudança atina à ontologia dos textos e do discurso, à ideia de autor, e ao estatuto do público, tanto num sentido empírico ou quase, isto é, como documentado em manuais, escritos sobre retórica e quaisquer testemunhos, como também inerente, tematizado nas próprias obras. Esses elementos não podem ser estudados de modo destacado, mas sim nas relações através das quais constituem um circuito de práticas culturais. Ao se acompanhar o desenvolvimento de gêneros textuais, não é difícil ver que suas estruturas e seus usos específicos recebem conteúdos do sistema das práticas vigentes e dos objetos repertoriados, não refletindo, sem essa mediação, estados objetivos do mundo exterior à representação cultural. Podemos exemplificá-lo com o estudo do gênero “canção” e a formalização da tornada ou *comiato* previsto para o gênero. Comparando essa estrutura em diferentes poemas, fora dos limites de um “período” e (obviamente) de uma “nação”, dos trovadores à lírica ibérica de Quinhentos, é possível ver como ela adquiriu progressivamente o papel de estabilizar um conteúdo moral retoricamente adequado ao gênero “grave”, sob a preceptiva e prática poética de Dante Alighieri, por seu turno derivada da *ars dictaminis*, a preceptiva para redação epistolar. Mais tarde, essa inclinação inicial para a semântica textual foi deslocada, provavelmente sob a influência da imprensa de Gutenberg, *pari passu* com a generalização do modelo lírico petrarquiano. Essa terceira etapa de existência da tornada é marcada pelo esvaziamento desse propósito direto de comunicar o sentido textual e por sua conversão em “jogo textual”, o que faz dessa estrutura um índice da pragmática

³ Noutra contribuição, o próprio Koselleck assinala o conjunto de mudanças semânticas que os conceitos sofrem com o declínio da sociedade aristocrática, demarcação por si só de capital importância para a compreensão de transformações nos usos da cultura. Também o explora Jürgen Habermas em sua discussão da emergência da esfera pública burguesa, que tem suas próprias práticas de produção e circulação, seu esteio jurídico etc. (2014).

histórica da própria escrita poética. As tornadas de Camões e, até onde investigamos, ibéricas, em geral, encenam um conjunto de regras de interpretação ou sutilezas a que um leitor deve estar atento, mas não condensam o significado geral ou colocam em primeiro plano uma agudeza, como acontecia na prática trovadoresca ou, no século XVI, no dístico final do soneto.

Uma segunda relação é aquela entre o gênero e o conteúdo que é capaz de portar. É, de fato, bem conhecida em termos gerais a partir da *rota Virgilii*, para os gêneros recuperados à antiguidade latina, seguindo a triade dos estilos alto, médio e baixo, mas parece não haver diretrizes claras relativamente à poesia lírica e seus gêneros novos nos séculos XIV a XVI – é isso que promove a proliferação dos tratados. Independentemente de duas tendências comuns entre os críticos de Camões – seja a leitura cerrada de um texto ou a leitura temática de textos classificados do ponto de vista do presente –, é possível inquirir os próprios textos enquanto artefatos com necessidades históricas próprias e, desse modo, pensar a representação da escrita e leitura de poesia, bem como as valências assumidas por seus temas, e como essas mudanças exigem o uso de diferentes dispositivos retóricos. É notável como a relativamente frequente *self-fashioning* de tais textos consiste em troça, apontando aparentemente para um contexto em que, juntamente com implicações morais, há uma constante necessidade de autojustificação poética, como se um texto devesse tornar visível ou dar sempre índices de seu carácter emulativo, de que entrou na disputa com outros textos. Esse é umnexo entre poética e moralidade. Como noutro lugar argumentamos (DE BRITO, 2019c), a forma como alguns poemas de Camões chegam a isso é sobretudo através de sutilezas, citações ligeiramente irônicas de textos, e, por vezes, através da aplicação do *ridiculum* a lugares-comuns da lírica de seu tempo. Não parece haver uma continuidade necessária de um tema através dos seus diversos instanciamentos de gênero, o que invalida qualquer premissa realista.

O autor e os textos podem relacionar-se de duas maneiras. A primeira refere-se à constituição da *persona* poética, não no sentido de que a poética possa refletir experiências pessoais de vida, mas que uma configuração de gênero e assunto – digamos, um soneto sobre o amor – implicará a sua própria voz textual. De fora, “extratextualmente”, um segundo tipo de relação de autor e texto diz respeito à prática da imitação. Essa problemática no século XVI português deve ser revista levando-se em conta a história da impressão em Portugal. Razão tinham Camões e outros queixosos quanto ao ínfimo espaço que as letras então ocupavam, como demonstra Sheila Hue (2009). A excelência a cada

vez reivindicada talvez seja reflexo duma condição medial difícil: a reprodução dos poemas em cancioneiros multiautorais numa sociedade fundada na distinção estamental. Trata-se, portanto, da questão de um poema imitado ser ou não eficiente em substituir o seu modelo e se diferenciar de um *corpus* de poemas em circulação cada vez mais semelhantes uns aos outros. Esta dinâmica estende à escrita poética – e audição, leitura, cópia e finalmente publicação – a estrutura geral da sociedade de corte como discutida por Norbert Elias, onde a boa opinião e os privilégios estavam intimamente relacionados (ELIAS, 2001). Tanto mais importante, devemos também lembrar que a situação social e econômica em Portugal do século XVI poria em confronto um grupo progressivamente pobre de nobres sem título, os fidalgos, e o grupo de plebeus que ascenderam a uma baixa nobreza por meio do serviço burocrático, quando letrado passou a ser uma distinção. Era comum que anedotas da época abordassem a antiguidade de um título ou a legitimidade de um morgado, bem como a condição exótica de uma nobreza burocrática (LUND, 1980). Trata-se de posicionamentos políticos mediados pelas letras, como nos lembra Jorge Alves Osório (1985). Nessa perspectiva, a escrita poética constituía uma mais-valia para a vida pública, o convívio cortesão e a conquista de favores, ou seja, na medida em que tinha resultados concretos e materiais como dificilmente aconteceria na sociedade burguesa. Podemos lembrar aqui a função do mito de Orfeu na concepção da poesia como produtora de civilidade (PINHO, 2006a, p. 34), que em nada diverge da normatividade da fruição do ócio (GÓMEZ, 2014, p. 28) e de sua religiosidade (SODRÉ, 2001, p. 349). É nessa situação que se deve procurar um conceito cultural operacional de “poeta”. Tal conceito é o que medeia as práticas de produção de texto e as *personae* textuais, bem como o público da poesia.

Outra dinâmica importante para compreendermos a relação entre autor e texto mediada por um conceito normativo de poeta é aquela entre o circuito vernáculo e a poesia novilatina. Na medida em que os novos gêneros são “teorizados” em termos de uma gramática de poesia latina proveniente da preceptiva de Horácio e dos comentários a Virgílio que se iniciam com Élio Donato – de que são heranças, por exemplo, o epigrama como modelo para o soneto na *Lezione del Sonetto* de Cesare Crispolti (1592)⁴ ou a permanência da *rota Virgilii* nas *Tablas poéticas* de Cascales

⁴ Neste caso, Crispolti buscava diferenciar o soneto do epigrama, mostrando como este era mais flexível, num argumento que renegocia as observações de Lorenzo de Médici em *Comento de' miei sonetti* (1554 [1480-1492]). Vejam-se também os trabalhos de Thomas Borgstedt, *Topik des Sonnets* (2009) e Bernhard Huss, *Sonett und Epigram* (2012).

(1617) –, é necessário compreender as continuidades e, especialmente, as descontinuidades que derivam de diferentes intencionalidades de escrita, que exigem dispositivos específicos do gênero. Um texto estritamente escrito para ser lido em latim por um pequeno público educado pode partilhar o mesmo campo de propósitos morais com a poesia vernácula, mas adotará uma estratégia diferente para realizar sua intenção, uma vez que dificilmente funcionaria em convívios, situações “não oficiais”, nem se esperava que fosse de qualquer maneira lido por ignorantes das letras latinas, ao passo que um poema vernáculo extrai grande força de ser construído com uma dupla eficácia, na medida em que seria lido ou ouvido, como nos lembra João Adolfo Hansen (2019, p. 308, et passim), por um *discreto* ou por um vulgar, tolo, (*necio* de Baltasar Gracián), devendo surtir efeitos distintos em ambos.⁵

Nos últimos anos, este circuito vernacular-latino mal recebeu atenção dos estudos camonianos e, pelo menos em língua portuguesa, do século XVI. Os trabalhos anteriores que de algum modo tocam o tema, ainda sob a égide da filologia, sofrem sobretudo do seu legado pós-romântico, da já mencionada redução teórica e do modelo de investigação do antiquário. Falta-lhes relevância epistêmica relativamente aos interesses cognitivos que atualmente põem em movimento os estudos literários. Contrariamente à tendência pós-romântica, o circuito novilatino ganhou maior atenção nas universidades de língua alemã,⁶ processo a par e passo com o projeto de publicação dos doze volumes do *Historisches Wörterbuch der Rhetorik*

⁵ Isso consta já em Dante e aparece ainda na *lezione* de Crispolti e em *La Veronica, o del sonetto* (Genova: Girolamo Bartoli, 1589), de autoria de Vincenzo Toraldo d’Aragona. Discutimo-lo no nosso estudo sobre “As tornadas das canções nos séculos XII a XVI” (2020a) e no artigo de título “A política das letras na obra de Luis de Camões” (2021, no prelo).

⁶ Evitando intencionalmente a bibliografia anterior a 1990, citemos alguns estudos que vão ao encontro dos interesses cognitivos aqui esboçados: *Ticht-Kunst* de Joachim Dyck (Berlin: De Gruyter, 1991); os volumes editados por Heinrich Plett, *Renaissance-Rhetorik* (Berlin: De Gruyter, 1993) e *Renaissance-Poetik* (Berlin: De Gruyter, 1994); o volume da *Ars memorativa* (Berlin: De Gruyter, 1993); *Imitatio et tractatio* de Alexandru Cizek (Tübingen: Niemeyer, 1994); o volume de Schirren e Ueding, *Topik und Rhetorik* (Tübingen: Niemeyer, 2000); *Imitatio im Wandel* de Brigitte Mager (Tübingen: Narr, 2003); *Sententia und Proverbium* de Sibylle Hallik (Colônia: Böhlau, 2007); *Der Begriff der Dichtung in der Frühen Neuzeit*, de Volkhard Wels (Berlin: De Gruyter, 2009); *Decorum*, Jan Dietrich Müller (Berlin: De Gruyter, 2011); *Rhetorik in Mittelalter und Renaissance*, editado por Strack e Knödler (Münch: Herbert Utz, 2011); *Geschichte der Neulateinischen Literatur* de Martin Korenjak (Münch: C. H. Beck, 2015); e mais títulos da série *Frühe Neuzeit* da De Gruyter, assim como sua *Historia Hermeneutica* e a muito mais curta *Rhetorik-Forschung*, sem mencionar os estudos de história literária propriamente dita.

(1992-2015), dicionário histórico de retórica organizado por Gert Ueding. Em sua recepção, o dicionário foi frequentemente saudado como referência preliminar para futuros estudos retóricos (TRANINGER, 2014), precisamente em virtude do lugar estrutural da retórica nas instituições do antigo regime. O desenvolvimento de estudos específicos é imprescindível para que se escrevam novos capítulos da história cultural, e subsídios para isso se encontram, com efeito, facilmente, mas com escopo limitado, a exemplo dos trabalhos de Hansen (2004, 2019), Alcir Pécora (2001, 2008), Belmiro Pereira (2012), e Sebastião Tavares de Pinho (2006b, 2006a). Importa recordar, além disso, o influxo da retórica do Norte da Europa nas instituições peninsulares – principalmente das obras de Erasmo, Agrícola e Ringelberg – e, portanto, a sua influência nas letras do século XVI (PEREIRA, 2008), razão por que esses estudos não devem se limitar a pensar a relação entre o Quinhentos português e uma ideia de “Renascimento” italiano.

A reconstrução de uma pragmática textual histórica abre um campo diferente de significados plausíveis, proporcionando novos e interessantes problemas. Há pelo menos duas linhas entrelaçadas ao longo das quais os estudos retóricos contribuem para isso: a investigação da tópica (em alemão, *Topos* ou *Topikforschung*), a qual, em parte, reformula o antigo estudo das fontes, de forma menos biográfica, potencialmente menos antiqüária; os estudos genológicos, que podem assumir a investigação das relações entre um gênero e outro, o texto e o gênero, ou gênero e contexto, de extrema importância para que compreendamos a proliferação de manuais e comentários, da preceptiva da escrita a partir de meados do século XVI. Trata-se de estudos que parecem oferecer uma perspectiva diferente para a compreensão da literatura ibérica, posições pouco cultivadas entre a crítica mais comumente exercida por estudiosos portugueses, espanhóis e italianos. Não bastaria mencionar o trabalho de Paul Oskar Kristeller, nem o de E. R. Curtius, ainda mais antigo, de que essas investigações em grande medida partem; deveríamos também listar, para a construção de um horizonte teórico em que tais discussões se possam travar, as obras de James Murphy, Peter Mack e Marc Fumarolli, além de Haydn White, Jerome McGann, Paul Zumthor, Peter Burke, Roger Chartier e, claro, Jacques Le Goff.

Sinopse para um espaço ético-retórico da poesia camoniana

São copiosas as discussões que abordam ou tangenciam a tópica metalinguística – canto, poesia, pena, fruta, musa, usos do poema etc. – na

obra camoniana, suscitadas por sua constante autorreferência à arte. Os comentários ao assunto tendem a constelar outros textos da época à volta de dadas passagens, os quais servem de subsídio à sua compreensão. A razão para isso é dupla, mas simples: por um lado, não deveríamos passar diretamente das exposições e das preceptivas aos poemas, pois isso nos implicaria num tipo de argumento que reduz a poesia a ilustração, além de exigir-nos *saber*, mais do que especular a seu respeito, os preceitos que o poema seguiria; por outro, a coerência lograda pela hermenêutica literária parece exercer um efeito retroativo sobre os demais textos, de modo que os preceitos acabam ocupando uma posição secundária no universo relativamente estável da história literária – ou seja, os preceitos antes ilustram, são identificados àquilo que já entendemos estar nos poemas. Não obstante, é interessante confrontar a representação de poesia e poeta, a autorrepresentação do poeta, com os discursos em circulação, a fim de mapear a normatividade dos conceitos e entender o que seria, se o houver, “desvio”.

Para tal tarefa, importa a primeira recepção camoniana, que pode oferecer uma visão concreta do espaço de experiência e do horizonte de expectativas em torno de poesia e poeta. É inaugural a já bastante discutida censura do frei Bartolomeu Ferreira a’*Os Lusíadas*:

Vi por mandado da Santa e Geral Inquisição estes dez Cantos (...) e não achei neles coisa alguma escandalosa, nem contrária à fé e bons costumes, somente me pareceu que era necessário advertir os leitores que o Autor, pera encarecer a dificuldade da navegação e entrada dos portugueses na Índia, usa de uma ficção dos deuses dos gentios. (...) todavia, como isto é Poesia e fingimento, e o Autor, como poeta, não pretenda mais que ornar o estilo poético, não tivemos por inconveniente ir esta fábula dos deuses na obra, conhecendo-a por tal. (...) e o Autor mostra nele muito engenho e muita erudição nas ciências humanas. (CAMÕES, 2008, p. 5)

Repare-se nesse “o Autor, como poeta (...) pretenda”. O que com isso se assinala é precisamente a distinção funcional, embora parcial, entre um “autor” como tal e um “poeta”, cuja unidade se pauta no interesse atinente às convenções poéticas. Note-se também que a advertência do frei Bartolomeu ao leitor implica, além disso, o seguinte: o “ornar o estilo” pretendido serve para “encarecer a dificuldade de navegação”. Noutras palavras, a relação entre autor (como tal) e poeta

pressupõe a correlação entre convenções de caráter geral (“isto é Poesia e fingimento”) e interesses particulares, relativos à função laudativa (“ornar”, “encarecer”). É assim que se licencia a representação mitológica em *Os Lusíadas*. Resumindo o que até aqui observamos, dessa licença podemos passar ao próprio conceito de poeta como autorrepresentação discursiva que obedece a dadas regras retórico-poéticas com vista a fins particulares, quer *em seu argumento* quer *através* do próprio poema. Tais fins não se afastam do discurso teológico-político, que abarcava a vida cívica. Esse panegírico do Estado encontraria em *Os Lusíadas* uma contrapartida na expressão do próprio Poeta, aqui *persona ficta*, nos epifonemas que concluem suas invectivas contra a Pátria. Esses expedientes, segundo parte da contemporânea crítica, atenderiam à expressão individual da negatividade, um registro “lírico” ou ainda “maneirista” que “contaminaria” o cânone formal do “épico renascentista”. Ora, se acompanharmos a tese de Hélio Alves sobre o épico, a expressão da negatividade – o vitupério – é prevista para o próprio gênero (ALVES, 2001) e não pode ser entendida, desta feita, como lugar em que o autor corajosamente se *exprime* como poeta e, logicamente, não podemos explicar-lhe como “contaminação do maneirismo”.

Lembremos também do testemunho de Diogo do Couto (1542-1616), no capítulo 28 da *Década oitava da Ásia*, sobre o furto do Parnaso de Luís de Camões:

Em Moçambique achámos aquelle Principe dos Poetas de seu tempo, meu matalote, e amigo Luiz de Camões, tão pobre, que comia de amigos (...) e aquelle inverno que esteve em Moçambique, acabou de aperfeiçoar as suas Lusíadas pera as imprimir, e foi escrevendo muito em hum livro que hia fazendo, que intitulava *Parnaso de Luiz de Camões*, livro de muita erudição, doutrina, e filosofia, o qual lhe furtaram. (BARROS; COUTO, 1778, p. 233)

É notável que, em meio à sua crônica da Ásia, Couto resolva fazer esse pequeno *in memoriam* camoniano. Queremos destacar aqui duas informações: primeiro, a caricatura trágica que se faz quando o “Principe dos Poetas” vive de esmola; segundo, que Camões preparava uma obra lírica, cujo valor estaria assente em sua “muita erudição, doutrina, e filosofia”. Por vezes, interpreta-se essa passagem como se o *Parnaso* fosse um prosímetro, de lírica e filosofia; em verdade, o triplo teor subscreve as

funções de ensino e preceptiva moral, *docere e mouere*, característicos do tempo. De qualquer modo, em momento algum se põe a questão do autor registrar aí seu interesse ou individualidade – os seus feitos, o que vira em sua época –, mas, antes, a adequação da obra a determinados interesses cognitivos de natureza social. Apenas com isso em mente podemos situar as coordenadas metalinguísticas, ou metapoéticas, registradas na obra camonianiana, isto é, como conjunto discursivo que negocia com essas expectativas. Uma justificativa diferente, mas igualmente afastada do modelo contemporâneo de leitura literária, é dada por Miguel Leite Ferreira à edição da obra de António Ferreira, seu pai. Com a poesia, diz ele na dedicatória, “ficavã as letras mais ornadas” (FERREIRA, 1598, n.p.). Garcia de Resende, no prólogo ao *Cancioneiro geral (1516)*, enfatiza, ao lado do louvor a Deus, do *folgar* e do registro de costumes cortesãos, a função ilustrativa e a função corretiva da poesia.

Por vezes se assinala que a autorrepresentação conflitante de Camões é reflexo de condições sócio-históricas objetivas, como a ruína dos negócios reinóis, a iminência da anexação castelã, as guerras de religião, o fantasma teórico do declínio de Roma pelo abrandamento dos costumes, sua biografia desafortunada. Mas essa contraposição entre pessimismo e otimismo na obra de Camões, até onde pudemos averiguar, só modernamente foi assinalada. E isto, obviamente, descartando o recurso às respectivas formações “maneirista” e “renascentista”. Se aceitarmos que a representação da *persona* dependia de convenções de gênero, as quais Camões não “transgrediu”, talvez não se pusesse sequer a questão de que ele, como indivíduo, registrasse ali algo que fosse do seu estrito interesse, pelo que os afetos do poeta não fugiriam à realidade do poema. Diz Manuel de Faria e Sousa, no parágrafo quinto do prólogo à sua edição comentada das *Rimas*, “*el Poeta viene á ser tan grande en lo Lyrico, como en lo Heroico: porque en ambos cumple enteramente con lo que ellos piden*” e não deixa de amplificá-lo no “Juizio destas Rimas”:

En estas Rimas estan executados todos los estilos, y metros en que se escribe: y a todos se acomoda el Poeta de modo que parece nació particularmente para cada uno solo. El se vá transformando como un Proteo, conforme a los assuntos, y materias: en lo grave haze tener a rienda el sesso: en lo triste haze que gima quien le sabe leer: en lo alegre no ay enfrenar el contento: en lo amoroso pueden servir de flechas a Cupido sus pensamientos, sus regalos, sus ternuras, sus galanterias, sus finezas, y sus afectos totalmente invencibles. (1685, n.p.)

Deve-se escusar o entusiasmo do crítico, especialmente porque tais palavras são enunciadas no contexto de controvérsias. Outra posição era então ocupada por Manuel Pires de Almeida, que dirigia argumentos contrários à perfeição de *Os Lusíadas*, já defendida também por Faria e Sousa. Contudo, mesmo Pires de Almeida não deixa de fazer a concessão de que Camões realizara perfeitamente o “preceito de se vestir no hábito da pessoa representada”, não esquecendo que também no “lírico em seus amores se há-de revestir em os afectos de um verdadeiro amante” (*apud* PIRES, 1982, p. 82).

A inteligibilidade literária atual, que se estabelece sobre o colapso entre autor e voz textual – entre o autor e o conceito encenado da *persona* do poeta – sob efeito residual das teorias românticas da arte, leva à secundarização ou quase apagamento das finalidades sociais – não restritas à argumentatividade de *Os Lusíadas* – em prol da expressão ou representação da vivência, como se esta fosse uma causa, por seu turno radicada na história. Isso gera o problema de ora reputar-se dada passagem camoniana aos preceitos retóricos e à tópica, ora ancorá-la em algum tipo de experiência. Mas como olhar para as fórmulas de modéstia,

Mas eu que falo, humilde, ba[i]xo e rudo,
De vós não conhecido nem sonhado
(CAMÕES, 2008, p. 264)

Se meu engenho é rudo e imperfeito,
Bem sabe onde se salva, pois pretende
Levantar coa causa o ba[i]xo efeito.
(CAMÕES, 2008, p. 404)

Ou aplicação de um louvor próprio discreto,

Pois se o desejo afina
Ûa alma acesa tanto
Que por vós use as partes da divina,
Por vós levantarei não visto canto
Que o Bétis me ouça,
E o Tibre me levante
(CAMÕES, 2008, p. 343)

Ou reivindicação de verismo,

Metido tenho a mão na consciência,
E não falo senão verdades puras,
Que me ensinou a viva experiência.
(CAMÕES, 2008, p. 274)

Senão no interior do argumento avançado em cada poema, isto é, considerando o efeito que se pretende a levar a cabo? Isso não significa dizer que simplesmente não há “individualidade” na obra, mas que ela deve ser buscada não naquilo que é por ela representado e sim no próprio processo de representação, conforme o qual o poeta emularia seus modelos.⁷ O verismo camonianiano, por exemplo, associa-se frequentemente à figura retórica da *preterição*, por meio da qual o poeta apregoa a excelência de sua matéria relativamente àquilo que é preterido, seja um estilo, gênero ou assunto. Outra razão para evitar o colapso da realidade textual e de qualquer enraizamento empírico é dado pelo próprio Faria e Sousa:

empeçaré a mostrar que el Amor del P. descrito en estas Rimas, fue Platonico, o casto, y puro; axioma que a todos parecerá improvable, porque todos asta oy han creido que mi P. fue lascivo, y que en estos sus amores no ay más del primer sonido. No digo que no lo seria en la vida, pero digo que en los escritos no lo fué: assi como sucede a muchos hombres de juicio, que si obrando pecan; hablando, ò escribiendo, predican, y enseñan no lo que ellos hazen, mas lo que es razon que se haga para ascender a la immortalidad gloriosa. (FARIA E SOUSA, 1685, p. 29)

A leitura de textos que hoje entendemos como metapoéticos, intencionalmente assim concebidos, a exemplo das cartas de António Ferreira ou da auto-observação de Sá de Miranda, muito facilmente se presta à contemporânea semântica literária. É exemplo de colapso de conceitos absolutamente diversos das letras o conhecido comentário de Segismundo Spina, em *Introdução à poética clássica* (1995). A despeito de sua fineza de leitura, essa e talvez toda a obra de Spina parece assentar a legitimidade da obra literária no seu grau de novidade, o que seria, por seu turno, reflexo da experiência histórica individual e baseado numa progressiva “consciência literária” (SPINA, 2004, p. 175 ss.), ainda que inste, em seu *Do formalismo estético trovadoresco*, a “despojar-nos de

⁷ Ainda assim, dificilmente poderíamos associá-lo, nesse sentido, à contemporânea noção de subjetividade, que se cunha como fundamento das instituições burguesas. Para sermos mais exatos, questionamos simplesmente qual é o lugar da questão do “nascimento do sujeito” na história literária. Por que alguém haveria de ser o “primeiro” moderno, etc.? Lembremos o *caveat* de Gumbrecht quanto à constituição autorreflexiva de sentido como característica marcante do sujeito moderno (1998, p. 60). Não é difícil perceber que, nesse sentido, a constituição de um sujeito epistemológico – e, depois, jurídico – depende do desenvolvimento gradual e simultâneo de instituições que lhe amparem, um modelo de ciência, de vida pública e comunicação (enquanto *medium* da sociedade e do indivíduo), uma legislação.

certos preconceitos da vida moderna, que perturbam o nosso espírito crítico na compreensão da realidade ética” de outra época (SPINA, 2004, p. 213).⁸ Esse capítulo para uma outra história literária – de que a poesia da sociedade de corte comporia uma pré-história – permanece incompleto sem a adequada avaliação do circuito de textos neolatinos que povoava aquele espaço. Pinho (2006a, p. 15 ss.) nos lembra, por exemplo, que, para um humanista de Quinhentos como Dom Jerónimo Osório (1506-1580), a legitimidade da poesia residia na força morigerante de sua verdade universal, relativamente à qual os poetas superariam os oradores – opinião que também Aires Barbosa (1460-1540) partilhava (PINHO, 2006a, p. 132) e que parece vir da renovação iniciada com os comentários à *Poética* de Aristóteles (WEINBERG, 2003).⁹ Algumas décadas antes, Cataldo Sículo (1455-1517), chamado a Portugal por Dom João II, defendia a poesia e “até mesmo” a sátira para “a emenda e a correção da vida” (RAMALHO, 1994, p. 43). Um século depois, também em latim, Tomé Correia (1536-1595) atribuía primado à função moral da poesia, já que a imitação poética de ações levaria necessariamente à sua imitação real ou ao repúdio e, portanto, à correção dos costumes (CORREIA, 1591, p. 291, 415-417). Exemplar máximo de uma tal concepção está no livro de Diogo de Teive, *Epodon siue ia[m]bicum carminum* (1565), fundamentalmente uma coleção métrica de ditos sentenciosos, dedicada e destinada à educação moral de Dom Sebastião.

As primeiras controvérsias¹⁰ da crítica camoniana, ainda que por vezes atinem a questões muito específicas de poética, evidenciam

⁸ Além da abundância de metáforas botânicas, por meio das quais a história literária quis adquirir coerência, podemos salientar a polarização presente nessa obra entre expressão real e “retórica” como sinônimo de manifestação de “formalismo”, fingimento poético, por exemplo: “Neste caso [*o autor comenta o uso do tópico de “abdicar riquezas pela amada” por parte do rei Henrique de Hohenstaufen*], o tópico deixaria de ser realmente uma figura de retórica, para ser uma confissão pessoal” (SPINA, 2004, p. 123). É falsa escolha. Ignorar que a citação e a menção reforçam o lugar do próprio texto em meio aos outros faz com que se derive para autoria. Ao longo da obra, em momento algum a tópica é apresentada como processo de repertorização que passa por sua aplicação visando efeitos suasórios, constituindo a realidade *sui generis* do que é representado. Se acompanharmos a hipótese de Gumbrecht segundo a qual em boa parte da produção trovadoresca a realidade constituída pelo poema se nutre duma assimetria relativamente ao mundo institucional (GUMBRECHT, 1998, p. 35-66), o rei hipotetizar sua abdicção da coroa é uma aplicação sutil do tópico em questão, uma agudeza que reforça o verossímil textual.

⁹ No início da década de 1970, Bernard Weinberg compilou quatro volumes de *Trattati di Poetica e Retorica del Cinquecento*, (Roma: Laterza & Figli), imprescindíveis para o estudo aqui esboçado.

¹⁰ Para esse estudo, são preliminares o livrinho *A crítica camoniana no século XVII* (1982), de Maria Lucília Gonçalves Pires, e o artigo “A Recepção de Camões no

o intercâmbio entre os circuitos neolatino e vulgar. Além disso, podem oferecer, na medida em que se constituem como discursos teóricos – observacionais – sobre práticas de escrita, elementos importantes para a reconstrução dos conceitos de “poeta” e “poesia” em Quinhentos. A controvérsia da imitação, por exemplo, coloca em primeiro plano algumas das expectativas que um poeta deve cumprir para tornar-se digno do título – como diz Faria e Sousa no prólogo às *Rimas*, para deixar de ser apenas um “versificador”. Apoiado no comentário à *Poética* de Ludovico Castelvetro (1505-1571), entre outros, Pires de Almeida acusa Camões de “furtar” a Virgílio. Parece Faria e Sousa oferecer-lhe uma réplica em sua edição comentada de *Os Lusíadas*, ao que Almeida treplica. Por sua vez, João Soares de Brito dirige contra este uma defesa da imitação – inclusive a chamada imitação eclética, oriunda da disputa à volta da imitação de Cícero – colocando em cena as autoridades de Aristóteles, o próprio Cícero, Plínio, Quintiliano, Cassiodoro, Sêneca, mas também contemporâneos como Scalígero, Hensius, Lipsius, Erasmo, Poliziano, para citar poucos, sustentando sempre a diferença entre a *imitação artificiosa* e a mera “trasladação”, tradução (VENTURA, 2010, p. 188, *et passim*). Não faltando os exemplos de poetas que foram diligentes em sua prática imitativa e que, no processo, acrescentam “algo de seu”, o apologeta camoniano vem dar-lhe uma fundamentação teológica, “Deus imita-se a si; a natureza a Deus” (VENTURA, 2010, p. 193).

A reconstrução epistemicamente sólida, plausível, de conceitos situados ofereceria um quadro preliminar para uma compreensão mais complexa dos aspectos pragmáticos da poesia no contexto do século XVI, precisando, para que então se proceda à apreciação dos textos individuais, ser associada à observação do conjunto de práticas ligadas à imitação enquanto *órganon* da cultura, como a já mencionada tradução, a citação direta e a menção, bem como a aplicação de procedimentos de amplificação, inversões de usos tópicos etc. Sem nos limitarmos aos textos camonianos, à crítica camoniana, ou às autoridades em que esta se pautou, seria preciso incorporar também um estudo da autorreferência poética de seus contemporâneos, isto é, quando o fazer poesia se torna parte daquilo que é encenado no poema. Quando se colocam essas questões de interesse “intertextual”, como hoje se diz, também se começa a delinear o lugar social do poeta junto a elas. Sem essa compreensão, que por si só resgata os textos canonizados ao envelhecimento a que o senso-comum escolar lhes submete, o estudo da poesia da sociedade de corte

corre o imenso risco de limitar-se ao nosso presente, por conseguinte, não oferecendo nenhum conhecimento relevante da diferença específica das práticas culturais do nosso passado próximo.

Referências

- ALVES, Hélio J. S. *Camões, Corte-Real e o sistema da épica quinhentista*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.
- BARROS, João de; COUTO, Diogo do. *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.
- BORGSTEDT, Thomas. *Topik des Sonetts*. Gattungstheorie und Gattungsgeschichte. Tübingen: Max Niemeyer, 2009.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Obra completa de Luís de Camões*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- CAMPOS, Haroldo. de. *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.
- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Páginas de um honesto estudo camoniano*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007.
- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.
- CORREIA, Tomé. *De eloquentia libri quinque*. Bolonha: Benatius, 1591.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DE BRITO, Matheus. A teoria e a história da literatura, e o maneirismo. *Alea*, v. 21, n. 2, 2019a. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/alea/article/view/27457>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- DE BRITO, Matheus. Periodização imperativa: retórica, teoria e história literária. *Revista Letras (UFMS)*, v. 1, n. Edição Especial: Estudos poéticos e retóricos: novas perspectivas, p. 305-318, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/38028/pdf> Acesso em: 6 mar. 2020.
- DE BRITO, Matheus. Camões antiliteratura? Um tópico e algumas questões teórico-historiográficas. *Remate de Males*, v. 39, n. 2, p. 904-924, 2019c. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8654709>. Acesso em: 6 mar. 2020.

DE BRITO, Matheus. As tornadas das canções nos séculos XII a XVI, dos trovadores a Camões. *Diacrítica*, v. 33, n. 3, p. 3-19, 2020. Disponível em: <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/592>. Acesso em: 6 mar. 2020.

DE BRITO, Matheus. A política das Letras na obra de Luís de Camões. *Nau Literária*, 2021. (no prelo)

FARIA Y SOUSA, Manuel de; CAMÕES, Luís de. *Rimas varias de Lvis de Camoens, Tomo I y II*. Lisboa: en la Imprenta de Theotonio Damaso de Mello, 1685.

FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1598.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luis. (Ed.) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 11-43.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. Campinas: Ateliê Editorial / Edunicamp, 2004.

HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: EDUSP, 2019.

HUE, Sheila Moura. A impressão da lírica dos contemporâneos de Camões. *Floema*, v. A, n. 5, p. 65-98, 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1757>. Acesso em: 6 mar. 2020.

HUSS, Bernhard; MEHLTRETTER, Florian; REGN, Gerhard. Sonett und Epigramm. In: *Lyriktheorie(n) der italienischen Renaissance*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012. p. 138-181.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006

LUND, Christopher C. *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

OSÓRIO, Jorge Alves. Entre a tradição e a inovação. Sá de Miranda na esteira de Garcilaso: em torno do debate poético da écloga «Alejo». *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, v. I, p. 47-103, 1985.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. Campinas: Unicamp, 2008.

PÉCORA, Alcir. Polêmica sobre o barroco ficou datada e vã. *Folha de S.Paulo*, 19 mar. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1903201122.htm>. Acesso em: 6 mar. 2020.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. Antigos e modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do séc. XVI. *Península*, v. 5, p. 93-101, 2008. Disponível em: <https://1er.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4708.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

PINHO, Sebastião Tavares de. *Humanismo em Portugal: estudos I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006a.

PINHO, Sebastião Tavares de. *Humanismo em Portugal: estudos II*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006b.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *A crítica camoniana no século XVII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

RAMALHO, Américo da Costa. *Latim renascentista em Portugal*. Lisboa: Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro geral*. Lisboa: Hermam de Campos, 1516.

SPINA, Segismundo. *Introdução à poética clássica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SPINA, Segismundo. *Do formalismo estético trovadoresco*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

TRANINGER, Anita. Erzähler und persona. Rhetorik und Narratologie zwischen Mündlichkeit und Schriftlichkeit. In: UEDING, Gert; KALIVODA, Gregor (Ed.). *Wege moderner Rhetorikforschung*. Berlin: De Gruyter, 2014. p. 185-210.

VENTURA, José Manuel Rodrigues. *João Soares de Brito: um crítico barroco de Camões*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

WEINBERG, Bernard. *Estudios de Poética Clasicista*. Madrid: Arco/Libros, 2003.

WEINBERG, Bernard. *Trattati di Poetica e Retorica del Cinquecento, 4 vols*. Roma: Laterza & Figli, 1970-1974.

Recebido em: 17 de novembro de 2020.

Aprovado em: 30 de agosto de 2021.